



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023
REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2023

MODALIDADE: Pregão Presencial N.º 01/2023

TIPO: Menor Preço por Item

INTERESSADA: *CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ - CODREN.*

RESPONSÁVEL: JOSÉ DE JESUZ IZAC.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Óleo lubrificante, graxa e filtros, para atender as necessidades dos equipamentos pertencentes à frota da Patrulha Rural do Programa Pró-Rural do CODREN.

Os documentos que integram o presente EDITAL estão dispostos em 08 (oito) anexos, a saber:

ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO III – Termo de Referência;

ANEXO IV – Termo de Credenciamento;

ANEXO V – Modelo de declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação (inc. VII do art. 4º da Lei 10.520/2002);

ANEXO VI – Modelo de declaração de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO VII - Modelo de declaração de que a proponente não emprega menores de 18 anos (inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

ANEXO VIII – Modelo de declaração de entrega.

PREÂMBULO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ, com sede a Rua Vereador José Francisco dos Santos, n.º 160, Centro, Santana do Itararé/PR, Estado do Paraná, pelo seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n.º 11/2022, de 23 de novembro de 2022 torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **EXCLUSIVO para Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP**, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93. Os envelopes contendo, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste edital e seus Anexos poderão ser entregues ao Pregoeiro das **09h00min** até às **10h00min**, sendo que pontualmente às **10h00min** (horário de Brasília) o Pregoeiro dará início à abertura dos envelopes, no dia **17 de março de 2023**, na sala de Licitações da



Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, na Rua Reinaldo Martins Gonçalves, nº 85, Centro, na Cidade de São José da Boa Vista, Estado do Paraná. Havendo a necessidade da sessão pública se prorrogar, a mesma se fará nos dias subsequentes à data de abertura, sempre obedecendo aos horários de funcionamento de expediente do Paço Municipal.

1. DO OBJETO:

1.1. **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Óleo lubrificante, graxa e filtros, para atender as necessidades dos equipamentos pertencentes à frota da Patrulha Rural do Programa Pró-Rural do CODREN**, conforme Anexo I e Termo de Referência (Anexo III).

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas a este processo licitatório será com recursos Provenientes do Orçamento Geral do CODREN.

02 Departamento de Administração Executiva

01 Divisão Agrícola

20.605.0003.2.003 Manutenção da Patrulha do Campo

12 3.3.90.30.00.00.00 10001 Material de consumo

14. (Códigos Reduzidos)

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar exclusivamente Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com este objeto e que atenderem as condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos;

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com o CODREN, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a **Administração Pública**.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. No dia, hora e local designado para o recebimento dos envelopes, cada licitante deverá se apresentar junto ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio.

4.2. O credenciamento do representante junto ao Pregoeiro precederá ao ato de entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

4.3. O representante legal da empresa licitante deverá apresentar em mãos cópia do RG ou outro documento com foto e Termo de Credenciamento conforme ANEXO IV, assinado por responsável legal da empresa.

4.3.1 A proponente deverá apresentar em separado dos envelopes, declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação conforme Anexo V, e comprovação e Declaração de que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 e 49 da Lei Complementar 123/2006.

4.4 Caso a Proponente seja MEI – Micro empreendedor Individual deverá apresentar juntamente com credenciamento cópia da Carteira de Trabalho (ou outro documento equivalente) que conste o nº do PIS/PASEP.

4.5. O licitante que desejar se fazer acompanhar por advogado, deverá providenciar a identificação do mesmo com a apresentação da Carteira da Ordem dos Advogados do Brasil e documento que o autorize a se pronunciar em nome do licitante.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro Oficial, em conformidade com este edital e seus Anexos, no local e horário determinados no preâmbulo deste edital.

5.2. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o representante de cada licitante entregará seus envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

5.3. O envelope da Proposta de Preço deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ - CODREN
PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL E N.º DO CNPJ

5.4. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ - CODREN
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL E N.º DO CNPJ



6. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em única via datilografada ou impressa, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da empresa licitante.

6.2. Na proposta de Preços deverá constar:

6.2.1. Razão social da licitante, n.º do CNPJ/MF, Inscrição Estadual, endereço completo, telefone, fax para contato, nº da conta corrente, agência e respectivo banco e, se possível endereço eletrônico (e-mail);

6.2.2. Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o referido prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.2.3. Preços unitários, total e global, em moeda corrente nacional, expressos em algarismo, fracionados até o limite de duas casas após a vírgula. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

6.2.4. *Deverá constar na proposta de preços, a marca de cada item.*

6.3 Apresentar declaração (anexo a proposta), ou declarar no corpo da proposta que caso seja vencedora da licitação;

6.4 Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os itens ser fornecidos sem ônus adicionais.

6.5 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, e no pleno reconhecimento de que não se enquadra em nenhuma das situações impeditivas de participação a seguir enumeradas:

6.5.1. Inadimplência com fornecimento de itens junto ao Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte do Paraná, não configurando como tal as licitantes que solicitaram formalmente prorrogação de prazo e este foi devidamente acatado;

6.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, sejam com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aqueles destinados a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela autoridade competente do Codren.

6.8. As propostas deverão ser apresentadas conforme ordem e descrições estabelecidas no Anexo I do edital.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

6.9 Juntamente com o arquivo da proposta, para aqueles que cotarem os óleos lubrificantes, deverá obrigatoriamente, ser anexados os seguintes documentos:

6.9.1 Registro na Agência Nacional do Petróleo – ANP da marca cotada;

6.9.2. Certificado API da marca cotada.

Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem os documentos solicitados a cima.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. O julgamento da licitação será pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

7.2. Será classificada pelo Pregoeiro, a licitante que apresentar a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de MENOR PREÇO POR ITEM.

7.3. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.4. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, através dos seus representantes legais.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.

7.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção da sua última oferta, ou constante na sua proposta original ou do último lance oferecido, para efeito de ordenação das propostas.

7.7. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.8. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e os valores apresentados pela proposta classificada em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito.

7.9. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, pelo Pregoeiro.

7.10. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada os itens definido no objeto deste edital e seus Anexos.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

7.11. Nas situações anteriormente previstas de ordenação de preços através de lance ou proposta, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.12. Caso ocorra à apresentação de duas ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, as classificadas se recusarem a dar lances e conseqüentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

8. DA HABILITAÇÃO:

Tendo sido aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado. Para confirmação das suas condições habilitatórias deverá apresentar:

8.1. Todos os Licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 2, os documentos específicos para participação neste Pregão, devendo ser entregues seqüencialmente e na ordem a seguir, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes.

I – HABILITAÇÃO JURIDICA;

a) Cédula de Identidade autenticada do sócio-administrador da empresa ou equivalente, do signatário da proposta caso não seja sócio, acompanhado de procuração, com firma reconhecida em cartório em via original ou cópia autenticada com fins específicos para representar a empresa junto ao Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte do Paraná, referente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2023 e identificação pessoal (os documentos que já houverem sido apresentados no momento do credenciamento não precisarão fazer parte do Envelope nº. 02);

b) Registro comercial, no caso de Empresa Individual ou;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou;

d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa e sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, obedecendo ao art. 28 da Lei nº 8.666/93.

II – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, trinta dias antes da data da abertura dos envelopes, caso não apresente o seu prazo de validade;

III – REGULARIDADE FISCAL;

a) - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetivo licitado;

c) - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal ou alvará de Licença para Funcionamento do ano de 2023, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

d) – Certidão Negativa de Tributos Federais, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

e) – Certidão Negativa de Regularidade junto à Fazenda Estadual.

f)- Prova de regularidade relativa a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011;

g) - Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede da licitante, incluindo Dívida Ativa, fornecido pela Prefeitura Municipal.

h) Certidão Conjunta Federal (CND-INSS), expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

i) Certidão Negativa de Débito (CND-FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA JURIDICA/FÍSICA;

a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (Anexo VII).

b) Declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, de realizar a entrega dos itens nos prazos e/ou condições previstas em edital e termo de referência (Anexo VIII).

c) Apresentar informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto. (Exigências Válidas segundo recomendações TCE-PR).

8.2. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País deverá apresentar, também, o Decreto de Autorização ou ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que apresentadas na sessão as



originais para conferência pelo pregoeiro, sendo que estas não deverão estar no interior do envelope.

8.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

8.5. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

8.6. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de 01(um) a 05 (cinco) anos, se o documento é público, e reclusão, de 01 (um) a 03 (três) anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002.

9. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

9.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 e Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

9.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.4. Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

9.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



9.4.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 9.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.5. No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte, que nos termos da Lei Complementar 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada.

9.6. A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006, deverá apresentar na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º da referida Lei.

9.7. A Empresa Licitante que quiser gozar dos benefícios da LC 123/2006, deverá apresentar requerimento próprio para este fim, juntamente com os documentos de credenciamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

10.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7 da Lei nº 10.520/2002.

10.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da lei 8.666/93.

10.6. As impugnações deverão estar devidamente assinadas com a respectiva identificação do representante legal da empresa, bem como protocoladas no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista - PR.

11. DOS RECURSOS:



11.1. Declarado o vencedor e após a análise da documentação de habilitação, qualquer licitante, desde que presente na sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente (a razão) a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões por escrito do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em iguais números de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

11.3. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, submetendo o processo administrativo à autoridade competente para publicação do resultado da licitação.

12. DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO:

12.1. A entrega dos itens licitados será feita de forma parcelada conforme a necessidade do CODREN, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

12.1.1 As quantidades mencionadas no item anterior serão definidas única e exclusivamente pelo Codren, sendo que a Contratada deverá realizar as entregas conforme o solicitado, não podendo estabelecer quantidades mínimas para o pedido de fornecimento.

12.2. Os itens adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pela secretaria competente, na sede da empresa contratada ou nos locais indicados pelo Codren, em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, que será enviada através de e-mail;

12.3. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de referência e da proposta.

12.4. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 03 (três) dias do recebimento provisório.

12.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.6. A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO

REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

12.7. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição do Codren;

12.8. O presente registro de preços poderá ser cancelado em casos de inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos bens;

13.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1 Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Codren, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

14.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Codren.

14.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 14.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

14.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO

REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

15. DA GARANTIA:

15.1 Não serão aceitos óleos recondicionados, apenas óleos novos, e de qualidade comprovada.

15.2 As embalagens de lubrificantes envasilhados, apresentarão informações claras, em português, de forma não induzir o consumidor a um falso entendimento com respeito à origem e às características do produto, constando em seus rótulos as especificações discriminadas no art. 5º da Resolução ANP n. 10, de 7.3.2007 (DOU 9.3.2007) – tais como: grau de viscosidade segundo grau SAE (Society of Automotive Engineers) ou ISO (International Organization for Standardization) para óleo lubrificante ou grau de consistência NLGI (National Lubricating Grease Institute) para graxa; nível de desempenho.

15.3. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e nº 10.520/02, com as alterações posteriores e dos demais diplomas legais aplicáveis, desde que não colidentes com a legislação supracitada. Subsidiariamente, serão aplicados os princípios gerais do Direito.

16.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

16.3. A impugnação feita tempestivamente dará ao licitante o direito de participar da licitação até o trânsito em julgado, na esfera administrativa, da decisão relativa à matéria impugnada.

16.4. Aos licitantes que apresentarem questionamentos, quer sob a forma de impugnação, aos termos do edital quer em caráter de recurso em sua fase cabível, para obter o retardamento do certame licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas da legislação vigente.

16.5. O pregoeiro poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no presente Edital e seus anexos, até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para a entrega das propostas. Tais aditamentos, modificações ou revisões, serão encaminhadas através de carta, fac-símile ou telegrama circular a todos os interessados que tenham adquirido o Edital desta licitação, e na hipótese de influírem substancialmente na elaboração das propostas, será dada divulgação pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

16.6. Cada licitante poderá se credenciar apenas com um representante, sendo admitidos o acompanhamento, participação e manifestação de seu advogado, conforme previsto no item 4.4. do Edital.

16.7. Na contagem dos prazos recursais deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia de vencimento, considerando-se o expediente normal.

16.8. Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital, poderão ser obtidos junto à Comissão de Licitação, no horário de 9:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 horas.

16.9. Em respeito ao disposto no Art. 67, da Lei nº. 8.666/93 será designado na Ata de Registro de Preços servidor responsável para a função de fiscalizar a fiel execução contratual.

16.10. Poderá ser incluído na Ata de Registro de Preços, os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na seqüência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais.

16.11. Será competente o Foro da Comarca de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste **PREGÃO**.

Santana do Itararé, Estado do Paraná, 02 de março de 2023.

José de Jesuz Izac
Presidente do Codren



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

ANEXO I
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

EMPRESA (Inserir dados da empresa, nome, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail).

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias;

Prazo de Fornecimento: 12 (doze) meses;

Alíquota de ICMS: **%.

Descrição Completa do Objeto e valores unitários e totais.

Assinatura do Responsável pela empresa e/ou representante

Obs.: A proposta deverá ser apresentada sem rasuras. Serão considerados valores com o máximo de 02 (duas) casas decimais. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o primeiro. Apresentar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.



ANEXO II
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2023

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Santana do Itararé, Estado do Paraná, na sede do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte do Paraná, de um lado o CODREN, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 16.834.978/0001-99, neste ato representado pelo Presidente do Codren, o Sr. José de Jezuz Izac, brasileiro, casado, agente político, portador do RG sob o n.º 4.293.817-3 e CPF/MF sob o n.º 650.438.639-00, doravante denominado “CODREN”, e do outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º....., e Inscrição Estadual n.º..... estabelecida a, n.º....., bairro, cidade de, neste ato representada pelo Sr., portador do RG n.º e CPF/MF n.º doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2023, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Óleo lubrificante, graxa e filtros, para atender as necessidades dos equipamentos pertencentes à frota da Patrulha Rural do Programa Pró-Rural do CODREN, conforme especificações abaixo:

ITEM PRODUTO QUANT VALOR UNIT. VALOR TOTAL

1.2 - A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Secretaria deverá entregar os produtos nos endereços indicados.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da referida ata.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CODREN não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias da efetiva entrega dos bens.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo CODREN.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1- O prazo de entrega dos itens/serviços será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados a partir do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, que se dará através de e-mail.

4.2- A entrega deverá ser feita no endereço à Rua José Francisco dos Santos, nº160, Santana do Itararé – Paraná, Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte – CODREN, de segunda à sexta-feira, no horário das 8 hrs às 11 hrs e das 13 hrs às 17 hrs, telefone (43) 352261-1319/ (43) 99830-2254 a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.3- Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referencia e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 03 (três) dias do recebimento provisório.

4.4- A Secretaria terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou



notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.5- Na hipótese de a verificação a que se refere o objeto não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se á como realizada, consumando – se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do CODREN:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto, no preço, descrição, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO

REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 - A cópia da nota de empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

6.6 - A detentora da Ata de Registro de Preços se submeterá à fiscalização do CODREN, ficando desde já designada como Fiscal da Ata de Registro de Preços a Sra. Aline Cristina de Gouveia da Rosa.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Codren, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Codren.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO

REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais revisões será o IGPM/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado).

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pelo Codren, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Definido o preço máximo a ser pago pelo Codren, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo CODREN, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo CODREN.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e o Codren não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Codren; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo CODREN, com observância das disposições legais;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do CODREN, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.4.2 – Poderá ser cancelada ainda em casos de inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou ainda, no caso de substancial alteração das condições de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Codren, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata será com recursos Provenientes do Orçamento Geral do CODREN.

02 Departamento de Administração Executiva

01 Divisão Agrícola

20.605.0003.2.003 Manutenção da Patrulha do Campo

12 3.3.90.30.00.00.00.00 10001 Material de consumo

14. (Códigos Reduzidos)



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 01/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** obriga-se a empenhar, quando da contratação, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observadas as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s).

Parágrafo Único: Fica designada a Servidora, Senhora Aline Cristina de Gouveia da Rosa, como Fiscal deste Contrato, devendo verificar e responder por sua fiel execução, conforme os termos estabelecidos pelo artigo 67 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2023, a proposta da empresa, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

14.3 – Poderão ser incluídos nesta Ata, os registros dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na seqüência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais.

14.4 – Durante a vigência desta ata, poderão ser firmados tantos contratos forem necessários, tendo-a por base, observando-se os quantitativos máximos estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Wenceslau Braz - PR, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José da Boa Vista, Paraná, ** de ***** de 2023.

*CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ - CODREN.*
José de Jesuz Izac - Presidente

EMPRESA
PROMITENTE FORNECEDORA
Representante

Aline Cristina de Gouveia da Rosa
Fiscal da Ata de Registro de Preços nº. **/2023.

Testemunhas:

NOME:

RG:

NOME:

RG:



ANEXO III
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Ref.: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Óleo lubrificante, graxa e filtros, para atender as necessidades dos equipamentos pertencentes à frota da Patrulha Rural do Programa Pró-Rural do CODREN, conforme especificações abaixo:

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se para futura e eventual aquisição dos produtos, pois são essenciais para garantir o bom funcionamento e dos equipamentos pertencentes à frota do CODREN,

Dos Itens , quantidades, unidades, descrição.

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Médio (R\$)	Preço Total (R\$)
01	60	Galão	ÓLEO 15W40 – Óleos básicos minerais e aditivos de alta tecnologia, para motor diesel. Embalagem: Galão de 20 litros.	R\$ 947,73	R\$ 56.863,80
02	10	Balde	ÓLEO 85W140 - Óleo lubrificante mineral multiviscoso SAE 85W140 para diferenciais hipóides, reduções finais, caixas de transmissão e direção de veículos diesel. Embalagem: Balde 20 litros.	R\$ 1.480,33	R\$ 14,803,30
03	20	Balde	ÓLEO 10 W – Lubrificante formulado a partir de básicos parafínicos de alta qualidade e aditivos especiais. Indicado para uso em equipamentos de terraplanagem onde se exige um produto com características CAT TO-4, em SISTEMAS DE TRANSMISSÃO e em SISTEMAS HIDRÁULICOS, onde se requeira um fluido com sua viscosidade. Embalagem: Balde 20 litros.	R\$ 1.138,30	R\$ 22.766,00
04	20	Balde	ÓLEO 68 - Óleo para sistemas hidráulicos que operem em condições severas de pressão e temperatura. Óleos minerais e aditivos antidesgaste, antioxidante, anticorrosivo e antiespumante. Embalagem: Balde 20 litros.	R\$ 915,33	R\$ 18.306,60
05	5	Balde	ÓLEO TIPO ATF para transmissões automáticas automotivas e sistemas hidráulicos industriais. Aditivos - abaixador do ponto de fluidez, antidesgaste, antioxidante, detergente, dispersante, modificador de atrito e corante azul. Embalagem: Balde 20 litros	R\$ 1.026,73	R\$ 5.133,65
06	5	Balde	OLEO SAE 50 para câmbio – Ford Cargo – Embalagem: Balde 20 litros	R\$ 1.029,33	R\$ 5.146,65
07	10	Balde	ÓLEO SAE 30 óleo de transmissão - Embalagem: Balde 20 litros	R\$ 1.091,00	R\$ 10.910,00



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

08	10	Balde	ÓLEO SAE 90 para transmissão- Embalagem: Balde20 litros	R\$ 1.098,16	R\$ 10.981,60
09	10	Balde	ÓLEO GL-5 90 óleo lubrificante para engrenagens Embalagem: Balde 20 litros	R\$ 1.098,16	R\$ 10.981,60
10	4	Tambor	GRAXA LUBRIFICANTE à base de sabão de lítio para múltiplas aplicações automotivas. É especialmente recomendada para a lubrificação de chassis, rolamentos, juntas universais, cubos de roda e pinos de veículos automotivos. Embalagem: Tambor	R\$ 9.780,66	R\$ 39.122,64
11	25	Unid.	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMÁRIO (FORD/CARGO 2629 6x4, ano/modelo – 2016/2017)	R\$ 169,60	R\$ 4.240,00
12	25	Unid.	FILTRO DE COMBUSTIVEL SECUNDÁRIO (FORD/CARGO 2629 6x4, ano/modelo – 2016/2017)	R\$ 373,26	R\$ 9.331,50
13	25	Unid.	FILTRO DE AR PRIMÁRIO EXTERNO (FORD/CARGO 2629 6x4, ano/modelo – 2016/2017)	R\$ 293,36	R\$ 7.334,00
14	25	Unid.	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO INTERNO (FORD/CARGO 2629 6x4, ano/modelo – 2016/2017)	R\$ 279,00	R\$ 6.975,00
15	25	Unid.	FILTRO OLEO LUBRIFICANTE (FORD/CARGO 2629 6x4, ano/modelo – 2016/2017)	R\$ 169,60	R\$ 4.240,00
16	25	Unid.	FILTRO RACOR (FORD/CARGO 2629 6x4, ano/modelo – 2016/2017)	R\$ 231,33	R\$ 5.783,25
17	10	Unid.	FILTRO OLEO LUBRIFICANTE – Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 241,33	R\$ 2.413,30
18	10	Unid.	FILTRO DE AR PRIMÁRIO - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 367,00	R\$ 3.670,00
19	10	Unid.	ELEMENTO DO FILTRO DE AR PRIMÁRIO - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 360,33	R\$ 3.603,30
20	10	Unid.	ELEMENTO DO FILTRO DE AR SECUNDÁRIO - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 806,00	R\$ 8.060,00
21	10	Unid.	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 799,33	R\$ 7.993,30
22	10	Unid.	FILTRO DE COMBUSTÍVEL SEPARADOR DE AGUA - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 149,16	R\$ 1.491,60
23	10	Unid.	FILTRO COMBUSTIVEL - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 192,36	R\$ 1.923,60
24	10	Unid.	FILTRO DE TRANSMISSAO - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 810,50	R\$ 8.105,00
25	10	Unid.	FILTRO HIDRAULICO - Motoniveladora New Holland RG 140 B, ano/modelo 2016	R\$ 779,00	R\$ 7.790,00
26	10	Unid.	FILTRO ÓLEO LUBRIFICANTE – Escavadeira Hidráulica Doosan DX 180LC ano/modelo	R\$ 238,00	R\$ 2.380,00



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

			2016.		
27	10	Unid.	FILTRO DE AR EXTERNO - Escavadeira hidráulica DOOSAN DX 180LC - ano/modelo 2016	R\$ 595,60	R\$ 5.956,00
28	10	Unid.	FILTRO DE AR INTERNO - Escavadeira hidráulica DOOSAN DX 180LC - ano/modelo 2016	R\$ 374,66	R\$ 3.746,60
29	10	Unid.	FILTRO DE COMBUSTIVEL - Escavadeira hidráulica DOOSAN DX 180LC - ano/modelo 2016	R\$ 238,00	R\$ 2.380,00
30	10	Unid.	FILTRO SEPARADOR - Escavadeira hidráulica DOOSAN DX 180LC - ano/modelo 2016	R\$ 966,66	R\$ 9.666,60
31	10	Unid.	FILTRO HIDRÁULICO - Escavadeira hidráulica DOOSAN DX 180LC - ano/modelo 2016	R\$ 1.755,00	R\$ 17.550,00
32	10	Unid.	FILTRO DA TRANSMISSÃO - Escavadeira hidráulica DOOSAN DX 180LC - ano/modelo 2016	R\$ 1.965,66	R\$ 19.656,60
33	10	Unid.	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE – Retroescavadeira JCB 3CXTT ano 2016	R\$ 235,83	R\$ 2.358,30
34	10	Unid.	FILTRO DE AR EXTERNO - Retroescavadeira JCB 3CXTT ano 2016	R\$ 246,80	R\$ 2.468,00
35	10	Unid.	FILTRO DE AR INTERNO - Retroescavadeira JCB 3CXTT ano 2016	R\$ 523,13	R\$ 5.231,30
36	10	Unid.	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA - Retroescavadeira JCB 3CXTT ano 2016	R\$ 314,33	R\$ 3.143,30
37	10	Unid.	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - Retroescavadeira JCB 3CXTT ano 2016	R\$ 264,46	R\$ 2.644,60
38	10	Unid.	FILTRO DE TRANSMISSÃO - Retroescavadeira JCB 3CXTT ano 2016	R\$ 459,33	R\$ 4.593,30
39	10	Unid.	FILTRO HIDRÁULICO - Retroescavadeira JCB 3CXTT ano 2016	R\$ 715,06	R\$ 7.150,60
40	10	Unid.	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE – Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 121,33	R\$ 1.213,30
41	10	Unid.	FILTRO DE AR PRIMÁRIO DO MOTOR - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 245,53	R\$ 2.455,30
42	10	Unid.	ELEMENTO FILTRO DE AR PRIMÁRIO DO MOTOR - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 240,66	R\$ 2.406,60
43	10	Unid.	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO DO MOTOR - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 172,80	R\$ 1.728,00
44	10	Unid.	ELEMENTO FILTRO DE AR SECUNDÁRIO DO MOTOR - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 170,00	R\$ 1.700,00
45	10	Unid.	FILTRO PRIMÁRIO COMBUSTÍVEL (COM SEPARADOR DE ÁGUA) - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 273,43	R\$ 2.734,30
46	10	Unid.	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 164,13	R\$ 1.641,30
47	10	Unid.	FILTRO HIDRÁULICO - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 604,50	R\$ 6.045,00



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN

CNPJ: 16.834.978/0001-99

48	10	Unid.	FILTRO TRANSMISSÃO - Rolo compactador Caterpillar CS 54B	R\$ 774,16	R\$ 7.741,60
49	10	Unid.	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR – Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 220,46	R\$ 2.204,60
50	10	Unid.	FILTRO DE AR PRIMÁRIO DO MOTOR - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 959,66	R\$ 9.596,60
51	10	Unid.	ELEMENTO FILTRO DE AR PRIMÁRIO DO MOTOR - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 954,33	R\$ 9.543,30
52	10	Unid.	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO DO MOTOR - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 570,40	R\$ 5.704,00
53	10	Unid.	ELEMENTO FILTRO DE AR SECUNDÁRIO DO MOTOR - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 566,00	R\$ 5.660,00
54	10	Unid.	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 383,93	R\$ 3.839,30
55	10	Unid.	FILTRO PRIMÁRIO SISTEMA DE COMBUSTÍVEL - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 458,26	R\$ 4.582,60
56	10	Unid.	FILTRO SISTEMA HIDRÁULICO - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 1.224,06	R\$ 12.240,60
57	10	Unid.	FILTRO DA TRANSMISSÃO - Trator de esteiras Caterpillar D6K2	R\$ 1.120,33	R\$ 11.203,30
TOTAL					R\$ 459.134,59

Total R\$ 459.134,59 (quatrocentos e cinquenta e nove mil cento e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)

2 - Das Considerações Gerais:

Os bens descritos neste termo, objeto deste edital, deverão ser entregues nos locais indicados pelo Codren e em conformidade com exigências legais deste processo.

Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores manifestamente excessivos ou inexequíveis.

O prazo de fornecimento para o presente objeto será de 12 (doze) meses.

O fornecimento dos materiais compreende a entrega, a substituição, devolução e a garantia do mesmo.

José de Jesus Izac
Presidente do Codren

RUA VEREADOR JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, 160, CENTRO, SANTANA DO ITARARÉ – PARANÁ – 00. SECRETARIA
DFO MEIO AMBIENTE. E-MAIL – contato.codren@gmail.com CEP: 84.970-0
Fone: (43) 35261319



ANEXO IV
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023– REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob nº. ***** e Inscrição Estadual sob nº. ***** , representada neste ato por seu(s) (qualificação do outorgante) Sr(a) ***** , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. ***** e CPF nº. ***** , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a) ***** , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. ***** e CPF nº. ***** , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante o Codren, **no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2023**, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do **PREGÃO**, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **PREGOEIRO**, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, incluindo a assinatura do contrato caso necessário, em nome da Outorgante.

Local e data.
Assinatura

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

ANEXO V
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Local e data

Ao Codren
Rua Vereador José Francisco dos Santos, nº 160, Cep
84.970-000, Santana do Itararé, Estado do Paraná.

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº. 10.520/2002, a empresa ***** (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2023**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Óleo lubrificante, graxa e filtros, para atender as necessidades dos equipamentos pertencentes à frota da Patrulha Rural do Programa Pró-Rural do CODREN**, conforme descrição constante do ANEXO I.

.....,de de

.....
Assinatura do representante legal



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

ANEXO VI
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa *****
***** é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 01/2023, realizado pelo Codren.

Local e data

Assinatura do representante da empresa
Nome do representante
RG nº.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

ANEXO VII
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO

(Razão Social do LICITANTE) , inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ – CODREN
CNPJ: 16.834.978/0001-99

ANEXO VIII
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

Papel timbrado

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que “NOME DA EMPRESA”, “CNPJ” , com sede em “ENDEREÇO” , “CIDADE” , “UF” , terá disponibilidade, caso venha a vencer o certame, de realizar a entrega dos itens nos prazos e/ou condições previstas em edital e termo de referência

Cidade, UF, Data.

(Assinatura)

Nome
Cargo
CPF
Fone: